

JULHO DE 2022

BUILDING TRUST TO REINFORCE DEMOCRACY: MAIN FINDINGS FROM THE OECD SURVEY ON THE DRIVERS OF TRUST IN PUBLIC INSTITUTIONS

BRIEFING PORTUGAL



Índice

Sumário executivo	3
1. Sobre o Inquérito	5
1.1. A análise de alguns dados do <i>OECD Trust Survey</i>	5
1.2. Caracterização da amostra (Módulo B do inquérito)	5
2. Confiança nas instituições	9
2.1. Quem confia no Governo tende a confiar também nas restantes instituições políticas	11
2.2. Satisfação com os serviços públicos	11
3. Fatores que se relacionam com a confiança	12
3.1. Fatores associados à governança pública	13
3.2. Análise por grupos de fatores associados à governança pública (índices)	17
3.3. Como varia a confiança em relação às características sociodemográficas?	19
3.4. Confiança, prioridades de ação governativa e desafios globais	23
3.5. Cientistas e políticas	25
Questões em que os cientistas devem ser mais ouvidos	25
3.6. Envolvimento dos cientistas na decisão política	26
4. Como é que estes dados se comparam com inquéritos semelhantes?	28
4.1. Confiança no Governo	28
4.2. Confiança na câmara municipal	29
4.3. Confiança nos funcionários públicos	31

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Constituição da amostra por escalão etário (%).....	6
Gráfico 2 – Caraterização da amostra por género (%)	6
Gráfico 3 – Caraterização da amostra por nível de escolaridade (%).....	7
Gráfico 4 – Caraterização da amostra por regiões (NUTS 2).....	7
Gráfico 5 – Perceção do estatuto social (%)	8
Gráfico 6 – Nível médio de confiança nas pessoas e nas instituições.....	9
Gráfico 7 – Confiança em diferentes instituições – comparação entre Portugal e o conjunto dos países do OECD Trust Survey	10
Gráfico 8 – Satisfação com os serviços públicos (%).....	12
Gráfico 9 – Fatores determinantes da confiança na governança pública – Confiabilidade ..	13
Gráfico 10 – Fatores determinantes da confiança na governança pública – Capacidade de resposta	14
Gráfico 11 – Fatores determinantes da confiança na governança pública – Abertura	15
Gráfico 12 – Fatores determinantes da confiança na governança pública – Integridade.....	16
Gráfico 13 – Fatores determinantes da confiança na governança pública – Justiça procedimental.....	17
Gráfico 14 – Índices de fatores da governança pública associados à confiança	18
Gráfico 15 – Determinantes da confiança (médias): Portugal e OCDE Trust Survey.....	19
Gráfico 16 – Variação da confiança no governo por diferentes grupos da população.....	20
Gráfico 17 – Variação da confiança na câmara municipal por diferentes grupos da população	21
Gráfico 18 – Variação da confiança nos funcionários públicos por diferentes grupos da população	22
Gráfico 20 – Confiança no Governo e idade	23
Gráfico 21 – Nível de prioridade que o Governo deve dar a questões de longo prazo	24
Gráfico 22 – Questões em que os cidadãos devem ser mais ouvidos	25
Gráfico 23 – Questões em que o Governo devia ouvir mais os cientistas.....	26
Gráfico 24 – Perceção do envolvimento dos cientistas nos processos de decisão política..	27
Gráfico 25 – Confiança no Governo: Portugal e média da UE (2008-22).....	29
Gráfico 26 – Confiança na Câmara Municipal: Portugal e média da UE (2008-22)	30
Gráfico 27 – Confiança nos funcionários públicos: Portugal e média da UE (2016-22).....	31

Sumário executivo

Confiança nas instituições

Numa escala de 0 a 10 é nas outras pessoas (6,8) que os inquiridos de Portugal depositam o maior nível médio de confiança (Gráfico 6). A polícia surge como a instituição mais confiável (6,7). Os partidos políticos (3,6), o Governo (4,7) e a Assembleia da República (4,8) são as instituições políticas que apresentam o nível médio de confiança mais baixo. A confiança nos partidos políticos é a mais baixa de todas as instituições consideradas.

A questão da confiança no governo não é só portuguesa. Os resultados de Portugal estão em linha com os resultados do conjunto dos países do estudo (Gráfico 7): em Portugal 40,7% dos inquiridos manifestam confiança no governo; no conjunto dos países do estudo, são 41,4% do total.

Os resultados para Portugal acompanham também a tendência dos restantes países participantes no inquérito no que respeita à perceção das instituições mais e menos confiáveis: a Polícia como instituição mais confiável (Portugal: 71,8%; restantes países do inquérito: 67,1%); os partidos políticos como instituições menos confiáveis (Portugal: 20,9%; restantes países, 24,5%). A maior diferença entre Portugal e os restantes países respeita à confiança nos tribunais (Portugal: 42,1%; restantes países: 56,9%). A segunda maior diferença entre Portugal e os restantes países diz respeito à comunicação social (Portugal: 48,3%; restantes países 38,8%).

Confiança nos serviços públicos

A maioria das pessoas indica valores de confiança superiores a 5, numa escala de 0 a 10, no que diz respeito aos serviços públicos: 60,5 % das pessoas revelam estar satisfeitas com o sistema educativo; 62,9% com o Serviço Nacional de Saúde (SNS); e 54,2% afirmam estar satisfeitos com os serviços administrativos. No que respeita aos serviços administrativos (por exemplo, para obtenção de passaportes, certidões de nascimento entre outros), a percentagem de inquiridos satisfeitos para Portugal (54,2%) é mais baixa que na média dos restantes países participantes (63%) e é na satisfação com estes serviços que o caso português mais se distancia dos restantes países do estudo.

Fatores determinantes da confiança na governança pública

A OCDE considera cinco fatores determinantes de confiança na governança pública: confiabilidade (*reliability*), capacidade de resposta (*responsiveness*), abertura (*openness*), integridade (*integrity*) e justiça procedimental (*fairness*).

A confiabilidade descreve a expectativa de atuação do governo em áreas como a preparação para uma nova pandemia (51,9%), a boa utilização dos dados pessoais (51,8%) ou a estabilidade do ambiente de negócios (45,6%).

Por capacidade de resposta entende-se a perceção de que o governo ajustará a sua atuação em função da opinião dos cidadãos: 45,7% das pessoas inquiridas consideram que é provável um serviço público ser melhorado, mediante reclamações; 43,4% consideram que é provável que uma ideia inovadora para melhorar um serviço público seja acolhida; 42,2% consideram que a opinião pública tem força para alterar políticas.

A abertura reflete a facilidade com que o cidadão se consegue envolver nas políticas públicas: 38,1% considera que terá oportunidade de participar nas políticas locais; 55,1% considera que conseguirá aceder a informações sobre procedimentos administrativos; e 36,7% considera que o governo adotaria opiniões expressas numa consulta pública.

A integridade descreve perceções sobre o comportamento das instituições públicas face a favores políticos, interferência política nos tribunais e suborno de funcionários públicos. É no grupo dos

políticos que a integridade tem pior avaliação: só 27,0% dos inquiridos consideram como provável que os políticos recusem ofertas de “portas giratórias” em troca de favores políticos; 34,7% consideram que os tribunais não sofreriam pressões políticas; 29,4% consideram provável que um funcionário público recuse um suborno.

A justiça procedimental (*fairness*) descreve a perceção de que as pessoas (as próprias ou outras) não são discriminadas em função da sua condição social, etnia ou género; 30,5% das pessoas inquiridas consideram que é provável que ricos e pobres sejam tratados da mesma forma; 39,6% consideram que as pessoas serão tratadas de forma igual independentemente do género, identidade sexual, etnia ou país de origem; 50,1% considera que serão tratadas de forma justa ao solicitar um apoio social.

Em Portugal, é a integridade que concentra mais expectativas negativas e a confiabilidade que concentra mais expectativas positivas. Comparando com o conjunto dos países do inquérito (Gráfico 15), no conjunto dos países é a justiça procedimental (*fairness*) que concentra mais expectativas positivas. Em Portugal, esta dimensão é a segunda mais baixa. No conjunto de países do inquérito (como em Portugal) é à integridade que estão associadas as expectativas mais baixas.

Como varia a confiança em relação às características sociodemográficas?

A confiança no governo tende a ser mais baixa nos mais jovens, entre os níveis mais baixos de educação e as pessoas com menores rendimentos. No grupo dos mais jovens, a confiança nos funcionários públicos é superior à confiança no governo e na câmara municipal.

Confiança, prioridades de ação governativa e desafios globais

Das questões em que os cidadãos deviam ser mais ouvidos pelo governo destaca-se as desigualdades sociais (59,8%), o que está em linha com a perceção de que o governo deve dar maior prioridade às questões de igualdade (78,5%). Apesar da maioria das respostas apontar para a necessidade de o Governo dar prioridade a questões como o ambiente de negócios ou a adaptação tecnológica, estas não surgem como matérias em que os cidadãos tenham de ser mais ouvidos.

Ciência e Políticas Públicas

Os inquiridos consideram que os cidadãos devem ser mais ouvidos em questões normalmente associadas a direitos sociais, ao passo que os cientistas devem ser mais ouvidos em matérias associadas a desafios estratégicos como as alterações climáticas (64,8%), as energias renováveis (58,6%) e o desenvolvimento sustentável (53,6%).

A maioria dos inquiridos considera que os cientistas são nada ou pouco envolvidos na decisão política (52,2%).

Evolução no tempo

Os resultados do *OECD Trust Survey* vão no sentido de outros estudos sobre a confiança no governo, em que Portugal participa: os dados do Eurobarómetro (Gráfico 25) mostram que a percentagem de pessoas que confiavam no Governo, em Portugal, entre 2009 e 2015, estava abaixo da média da UE, e que, desde 2016, tem estado acima da média da UE.

1. Sobre o Inquérito

O presente relatório apresenta uma primeira análise aos resultados do *OECD Trust Survey*¹ para Portugal, um inquérito realizado pela OCDE que pretende monitorizar os níveis de confiança das pessoas em diferentes níveis de governo e instituições públicas.

O inquérito inclui questões sobre a satisfação com os serviços públicos, a avaliação da atuação do governo em áreas-chave (alterações climáticas, automação e digitalização, entre outras), procurando identificar de que modo estes fatores contribuem para explicar os níveis de confiança.

Além de Portugal, participam neste inquérito onze países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Irlanda, Letónia, Luxemburgo, Países Baixos e Suécia) e 10 outros países da OCDE (Austrália, Canadá, Colômbia, Coreia, Islândia, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, e Reino Unido).

O inquérito português tem ainda um conjunto de questões que procuram captar as perceções dos cidadãos acerca da relação entre a ciência e as políticas públicas.

1.1. A análise de alguns dados do *OECD Trust Survey*

O documento está estruturado em quatro partes. Na primeira caracteriza-se socio-demograficamente a amostra. Na segunda parte, procura-se perceber qual o nível de confiança dos inquiridos nas diferentes instituições e de que modo os valores da governança pública, as diferenças sociodemográficas e as prioridades da atuação do Governo estão associados aos níveis de confiança expressos, conforme propõe a OCDE. Na terceira parte, são apresentados os dados respeitantes às perceções sobre o envolvimento dos cidadãos e dos cientistas no processo de decisão política.

Para aferir se os resultados do *OECD Trust Survey* estão em linha com estudos semelhantes em que Portugal participa, na quarta parte, analisam-se os níveis de confiança nas instituições expressos ao longo do tempo, com base nos dados do Eurobarómetro.

1.2. Caracterização da amostra (Módulo B do inquérito)

Participaram neste inquérito 1888 pessoas, através da plataforma online (*YouGov*), entre os dias 11 de março e 11 de abril de 2022.

A amostra é representativa da população portuguesa no que respeita à idade (Gráfico 1), ao género (Gráfico 2), ao nível de escolaridade (Gráfico 3) à região de residência (Gráfico 4) e ao rendimento (Gráfico 5).²

No que respeita à distribuição por escalões etários (Gráfico 1), 15% têm entre 18 e 29 anos, 37% têm entre 30 e 49 anos e 48% têm mais de 50 anos. Dos inquiridos, 53% são mulheres e 47% são homens. Quanto à escolaridade, 50% completaram até ao 3º ciclo do ensino básico, 25% até ao ensino secundário e 25% concluíram um ciclo do ensino superior.

¹ <https://www.oecd.org/governance/trust-in-government/>

² Quando necessário, a OCDE assegura a representatividade com um fator de correção (*weight*)

Gráfico 1 – Constituição da amostra por escalão etário (%)

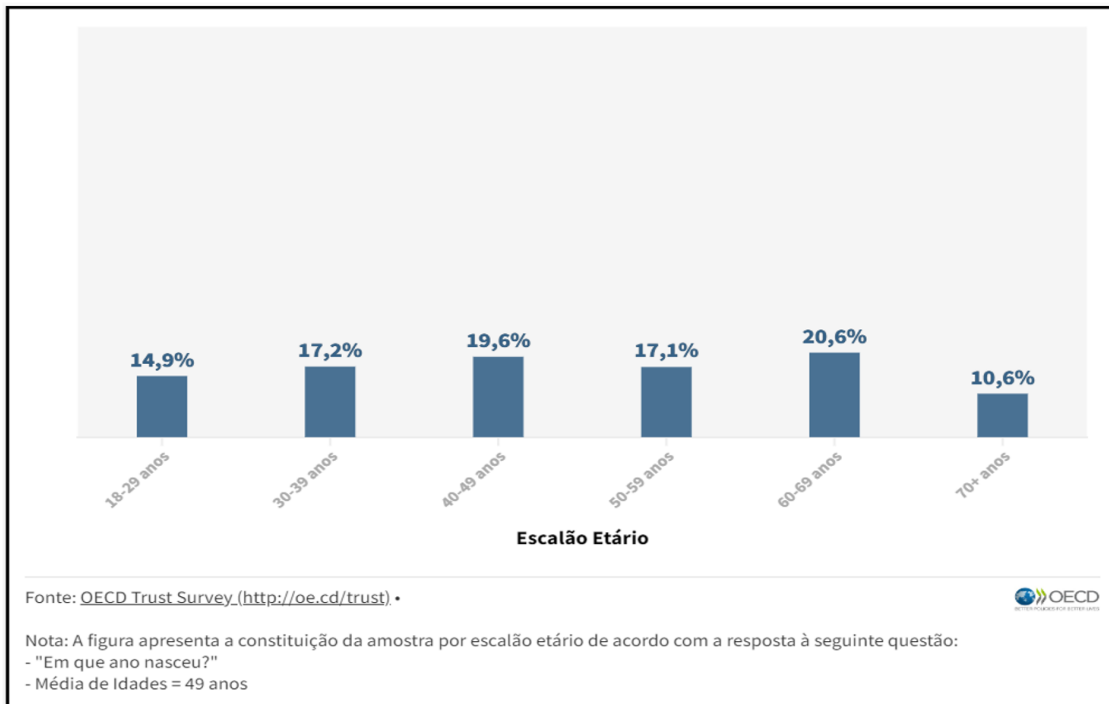


Gráfico 2 – Caracterização da amostra por género (%)

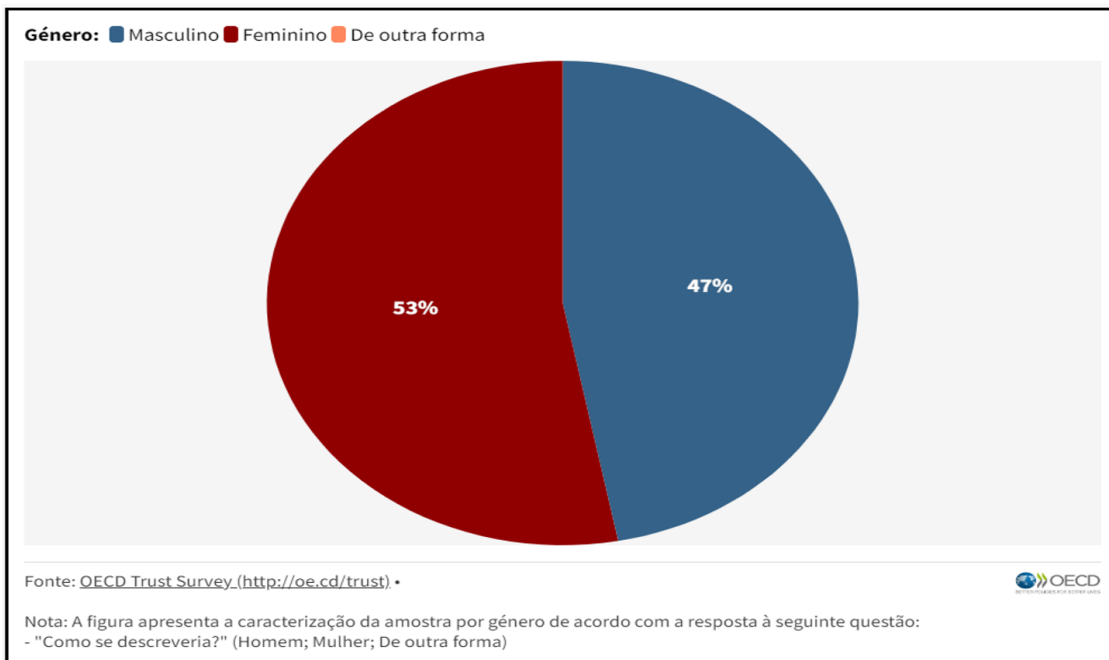


Gráfico 3 – Caracterização da amostra por nível escolaridade (%)

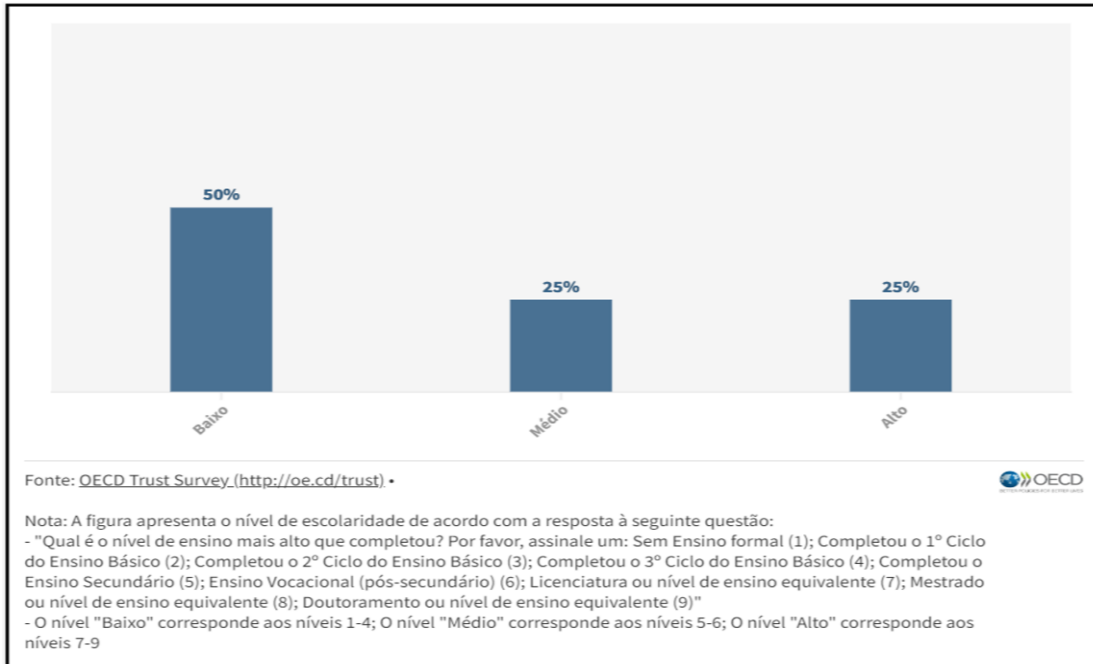


Gráfico 4 – Caracterização da amostra por regiões (NUTS 2)

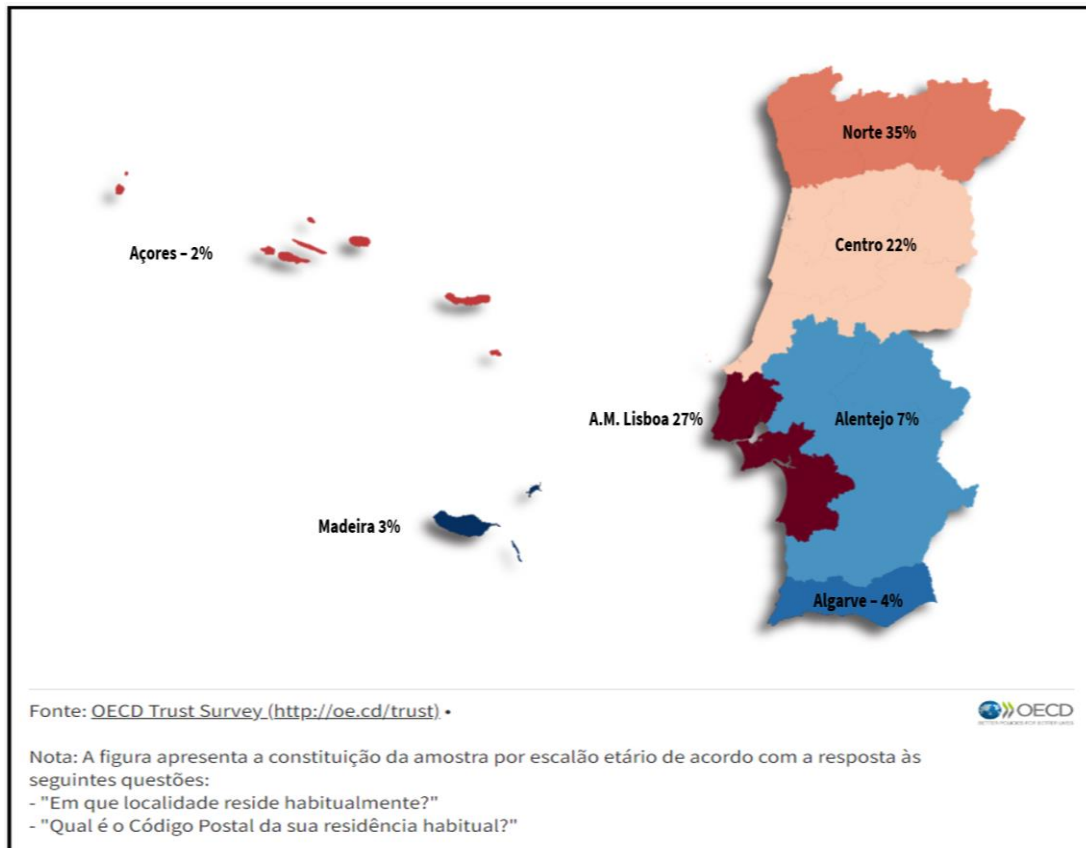
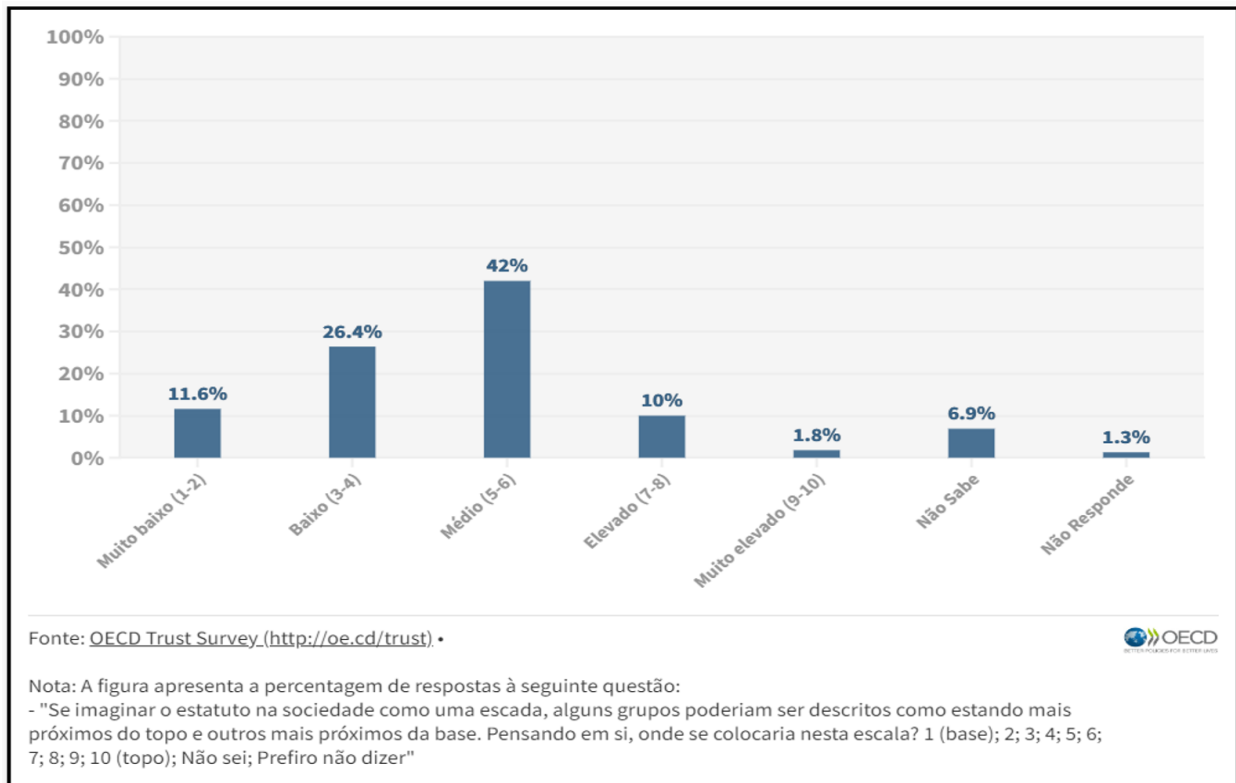


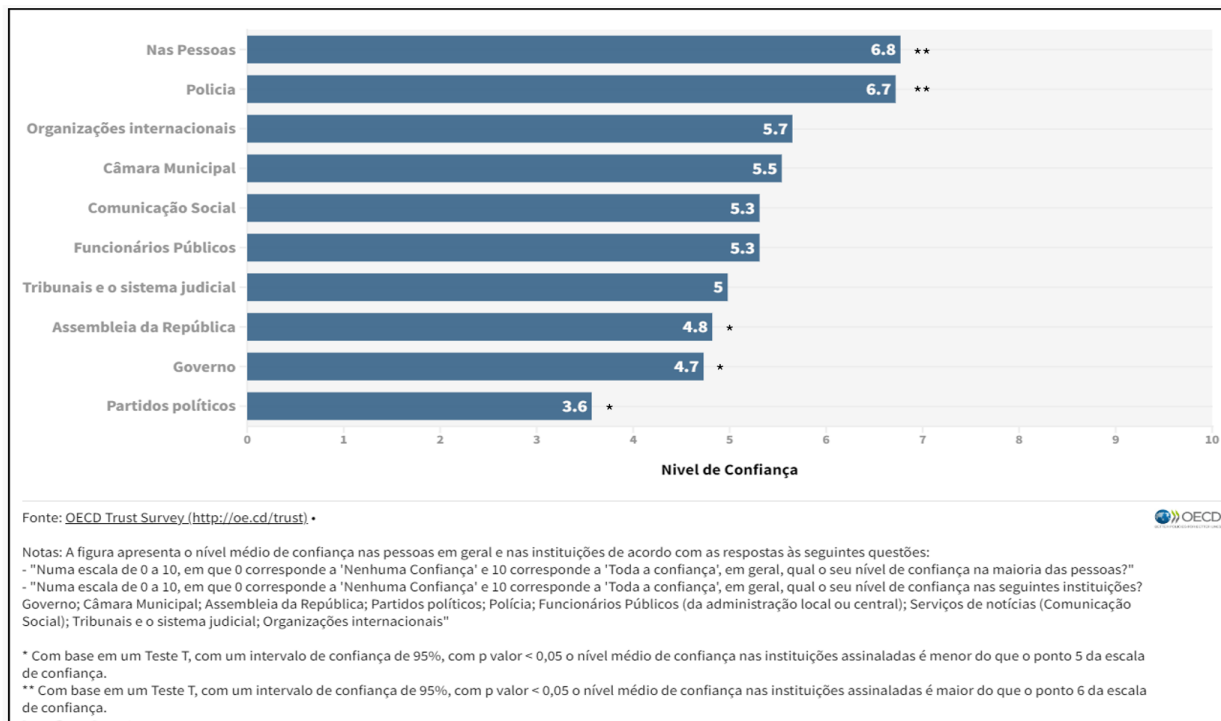
Gráfico 5 – Perceção do estatuto social (%)



2. Confiança nas instituições

Numa escala de 0-10, no que diz respeito à confiança, as instituições podem dividir-se em três grupos: acima de seis (“confiável”), entre cinco e seis (“neutra”) e abaixo de cinco (“não confiável”). (No Gráfico 6, estes grupos distinguem-se utilizando dois, nenhum, ou um asterisco, respetivamente).

Gráfico 6 – Nível médio de confiança nas pessoas e nas instituições

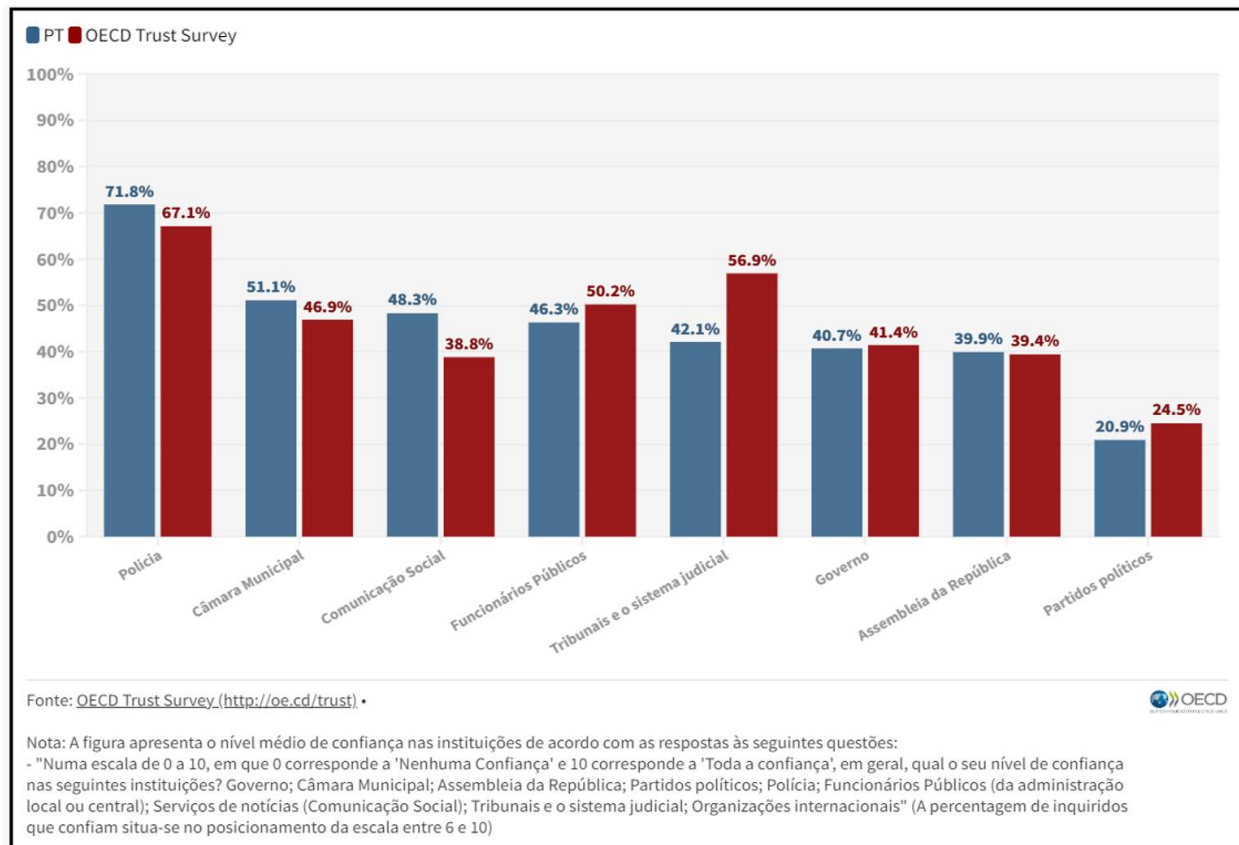


Os partidos políticos, o Governo e a Assembleia da República são as instituições políticas que apresentam o nível médio de confiança mais baixo: abaixo do ponto “neutro” (cinco) da escala de confiança média. A confiança nos partidos políticos (3.6) é a mais baixa de todas as instituições consideradas. A confiança nas pessoas em geral é a que apresenta um nível de confiança mais elevado (6.8) e a polícia surge como a instituição mais confiável (6.7).

Os resultados para Portugal, sobre a confiança no Governo, estão em linha com os resultados do conjunto dos países do *OECD Trust Survey* (Gráfico 7).³ Dos inquiridos portugueses, 40,7% manifestam ter confiança no governo, em linha com o conjunto dos países envolvidos neste inquérito (41,4%).

³ São comparadas as frequências das respostas entre a amostra de Portugal e o conjunto dos inquiridos no *OECD Trust Survey* de modo a identificar se o sentido das respostas em Portugal se desvia ou não das respostas para o conjunto dos países. No entanto, só após o levantamento do embargo teremos acesso aos dados para testar a significância das diferenças observadas.

Gráfico 7 – Confiança em diferentes instituições – comparação entre Portugal e o conjunto dos países do OECD Trust Survey



Em Portugal, a confiança nos tribunais (42,1%) é maior do que a expressa no Governo, na Assembleia da República ou nos partidos políticos. Portugal apresenta níveis de confiança mais elevados, face ao conjunto dos países do *OECD Trust Survey*, na Câmara Municipal, na Assembleia da República, na Polícia e na Comunicação Social.

No que respeita à confiança nos funcionários públicos, 46,3% dos inquiridos portugueses dão respostas positivas, abaixo do valor do conjunto dos países (50,2%).

As maiores diferenças entre os resultados para Portugal e os resultados para o conjunto dos países verificam-se na confiança na comunicação social (pela positiva) e nos tribunais (pela negativa).

Dos respondentes, só 20,9% expressam confiança nos partidos políticos. Este valor situa-se nos 24,5% para o conjunto dos restantes países. Quanto à Assembleia da República, 39,9% das respostas sobre Portugal concentram-se nos valores positivos da escala da confiança. A percentagem de pessoas que revela confiança nos parlamentos, para o conjunto de países do *OECD Trust Survey*, é de 39,1%. Sobre a confiança nos *media*, 48,3%

dos inquiridos portugueses apresentam respostas positivas, frente a 38,8% para o conjunto dos países.

2.1. Quem confia no Governo tende a confiar também nas restantes instituições políticas

A confiança nas diferentes instituições está relacionada, embora com diferentes intensidades⁴. Com base nos dados do *OECD Trust Survey* para Portugal, verifica-se que quem confia no Governo tende a confiar nas outras instituições políticas (Assembleia da República, partidos políticos, câmara municipal e funcionários públicos). Esta relação de confiança é mais evidente em instituições cujos membros são eleitos pelos cidadãos, como é o caso do Governo, Assembleia da República e partidos políticos. A confiança nos funcionários públicos e na câmara municipal estão mais relacionadas entre si do que com a confiança no governo.

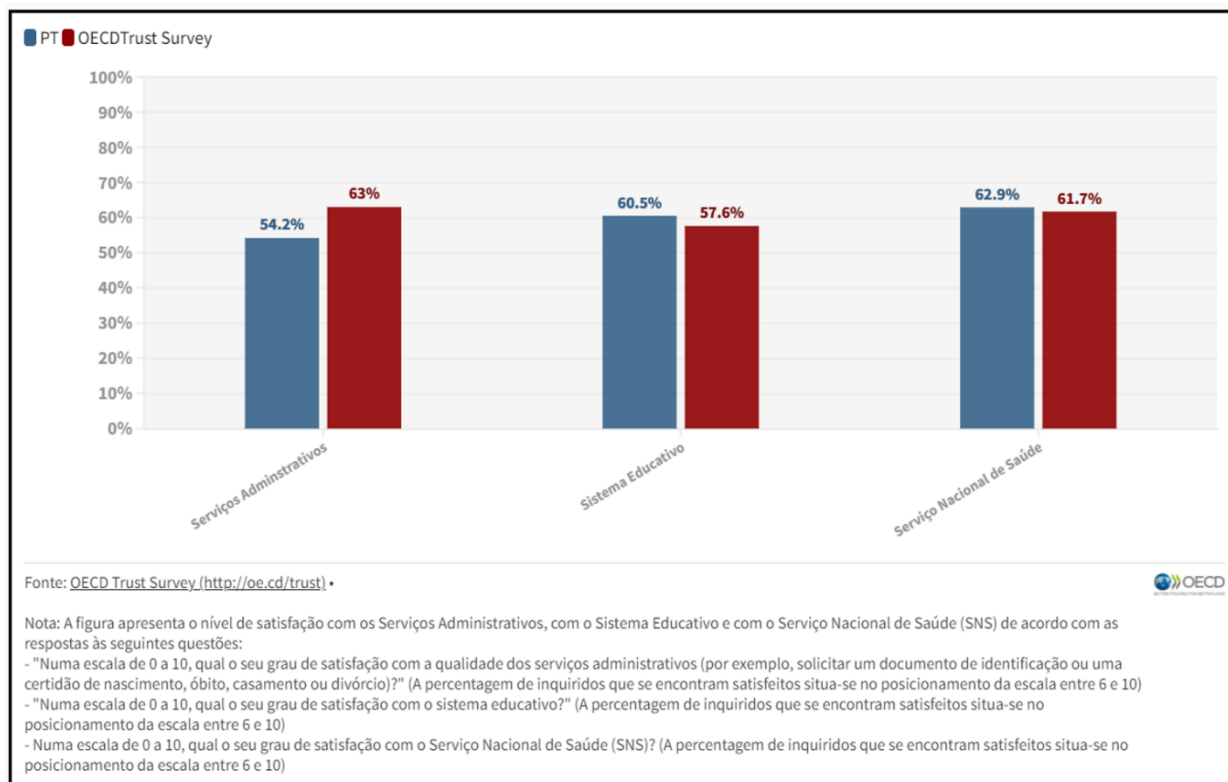
2.2. Satisfação com os serviços públicos

Numa escala de zero a 10, maioria das pessoas expressa satisfação com os serviços públicos (níveis de satisfação entre seis e 10): 60,5 % das pessoas estão satisfeitas com o sistema educativo; 62,9% com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e 54,2% com os serviços administrativos (Gráfico 8).

No que respeita aos serviços administrativos (por exemplo, para obtenção de passaportes, certidões de nascimento entre outros), a percentagem de inquiridos satisfeitos em Portugal é mais baixa e é na satisfação com os serviços administrativos que o caso português mais se distancia dos restantes países do estudo.

⁴ Com base nos coeficientes de correlação de *Spearman* (significativa no nível 0.01, duas extremidades); até 0.4 a correlação é baixa; entre 0.5 e 0.7 é média e maior que 0.7, é alta. A confiança no Governo tem correlação alta com a confiança na Assembleia da República (0.753) e com os partidos políticos (0.715); a correlação é média com a Câmara Municipal (0.610) e com os funcionários públicos (0.553).

Gráfico 8 – Satisfação com os serviços públicos (%)



3. Fatores que se relacionam com a confiança

De acordo com a OCDE⁵, os fatores facilitadores da confiança nas instituições dividem-se em três grupos: O primeiro respeita à governança pública (*confiabilidade, capacidade de resposta, abertura, integridade e justiça*).

O segundo respeita a aspetos culturais, económicos e sociais (diferenças entre indivíduos e grupos).

O terceiro respeita à capacidade de atuação do governo perante os desafios globais (perceções acerca da eficácia e compromisso dos governos com estas questões).

⁵ OCDE (2022). *Building Trust to Reinforce Democracy: Main Findings from the OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions*.

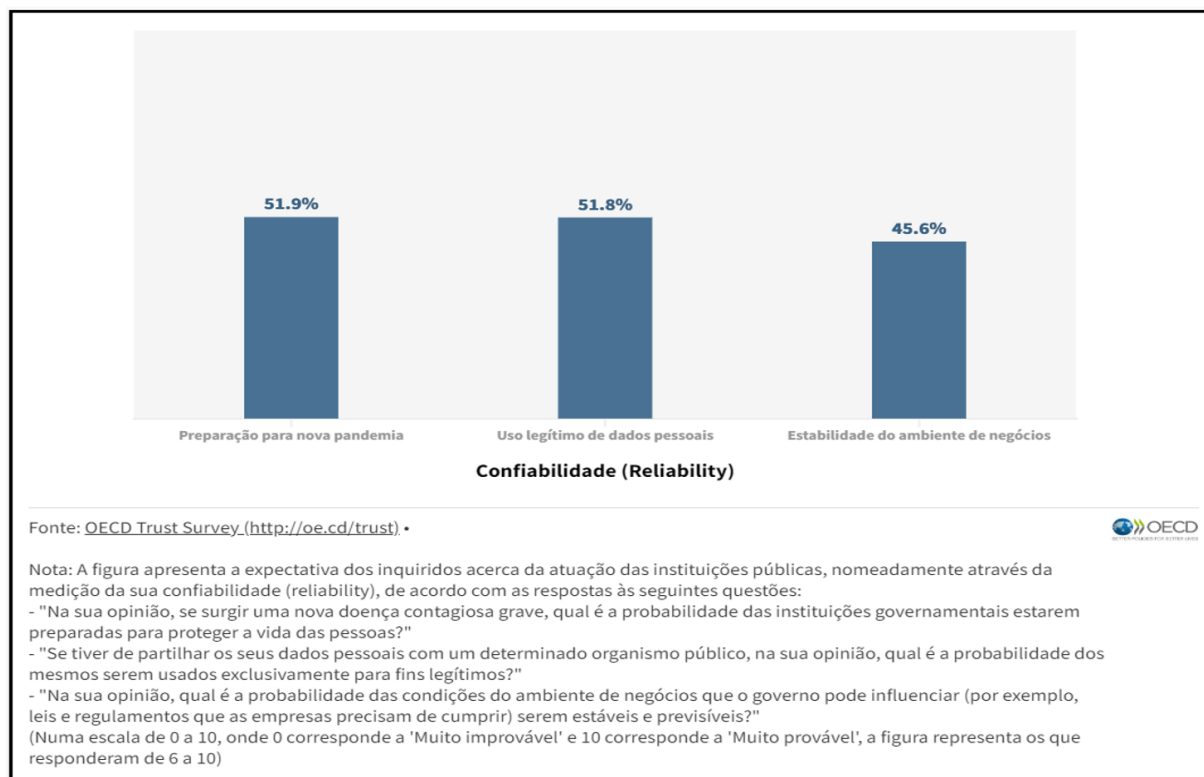
3.1. Fatores associados à governança pública

A OCDE considera cinco fatores associados à confiança na governança pública: confiabilidade (*reliability*), capacidade de resposta (*responsiveness*), abertura (*openness*), integridade (*integrity*) e justiça (*fairness*).

Confiabilidade (*reliability*)

A confiabilidade descreve a perceção relativa à expectativa de atuação do governo, isto é, até que ponto é que o governo responderá adequadamente perante um conjunto de cenários: 51,8% consideram que os dados pessoais são bem utilizados; 51,9% consideram que o governo estará preparado para uma nova pandemia; e 45,6% consideram que o governo proporciona estabilidade do ambiente de negócios.

Gráfico 9 - Fatores determinantes da confiança na governança pública - Confiabilidade

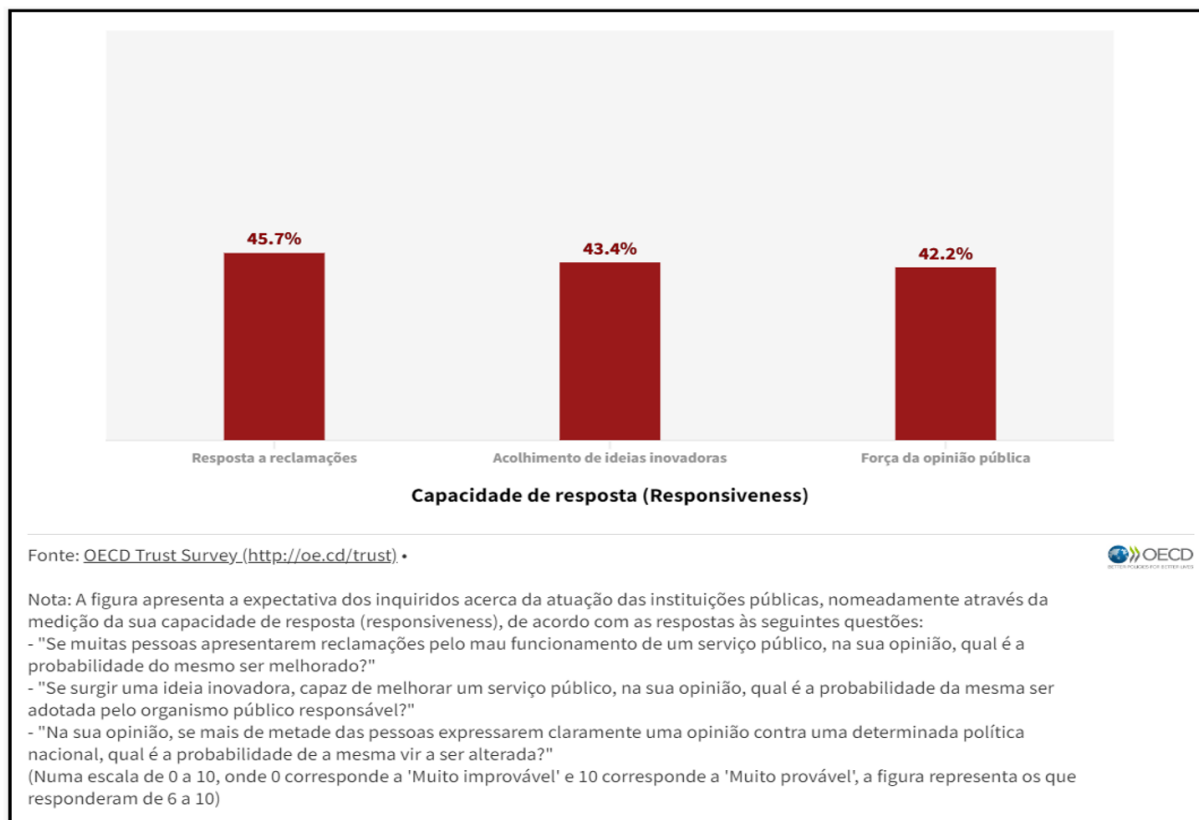


Capacidade de resposta (*responsiveness*)

Por capacidade de resposta entende-se a perceção de que a administração pública ajustará a sua atuação em função da opinião dos cidadãos. 45,7% das pessoas inquiridas consideram que é provável um serviço público ser melhorado, se muitas pessoas apresentarem reclamações sobre o mau funcionamento. 43,4% consideram que é provável que uma ideia

inovadora para melhorar um serviço público seja acolhida. 42,2% consideram que a opinião pública tem força para alterar determinadas políticas.

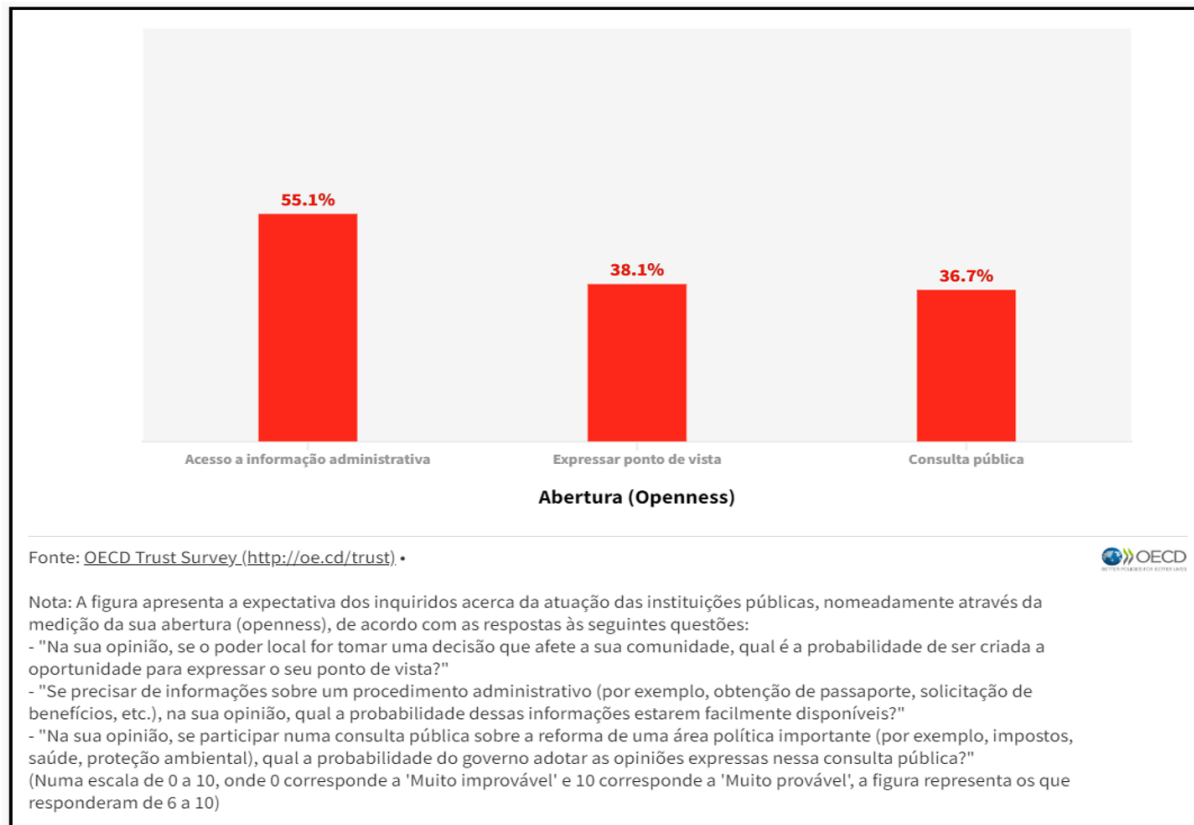
Gráfico 10 – Fatores determinantes da confiança na governança pública – Capacidade de resposta



Abertura (*openness*)

A abertura reflete a facilidade com que o cidadão se consegue envolver nas políticas públicas. 55,1% consideram que conseguirão aceder a informações administrativas (ex: obtenção de passaportes, solicitação de benefícios). 38,1% das pessoas consideram que terão oportunidade de participar nas políticas locais e 36,7% consideram que o governo adotaria opiniões expressas numa consulta pública acerca de questões nacionais (impostos, saúde, ambiente).

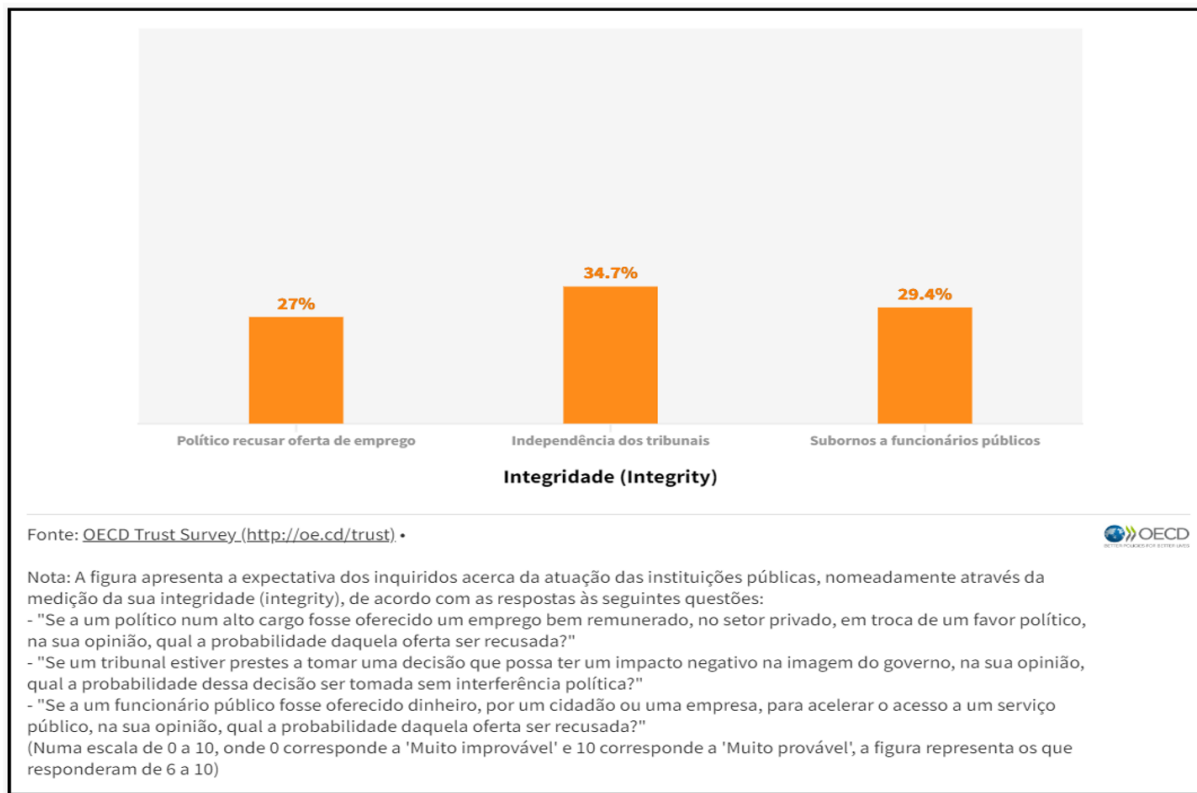
Gráfico 11 - Fatores determinantes da confiança na governança pública – Abertura



Integridade (*integrity*)

A integridade descreve perceções sobre o comportamento das instituições públicas face a “portas giratórias”, interferência política nos tribunais e suborno de funcionários públicos. É sobre os políticos que a integridade tem pior avaliação: só 27,0% dos inquiridos consideram como provável que recusem ofertas de “portas giratórias” em troca de favores políticos. 34,7% dos inquiridos consideram que os tribunais não sofreriam pressões políticas e 29,4% consideram provável que um funcionário público recuse um suborno.

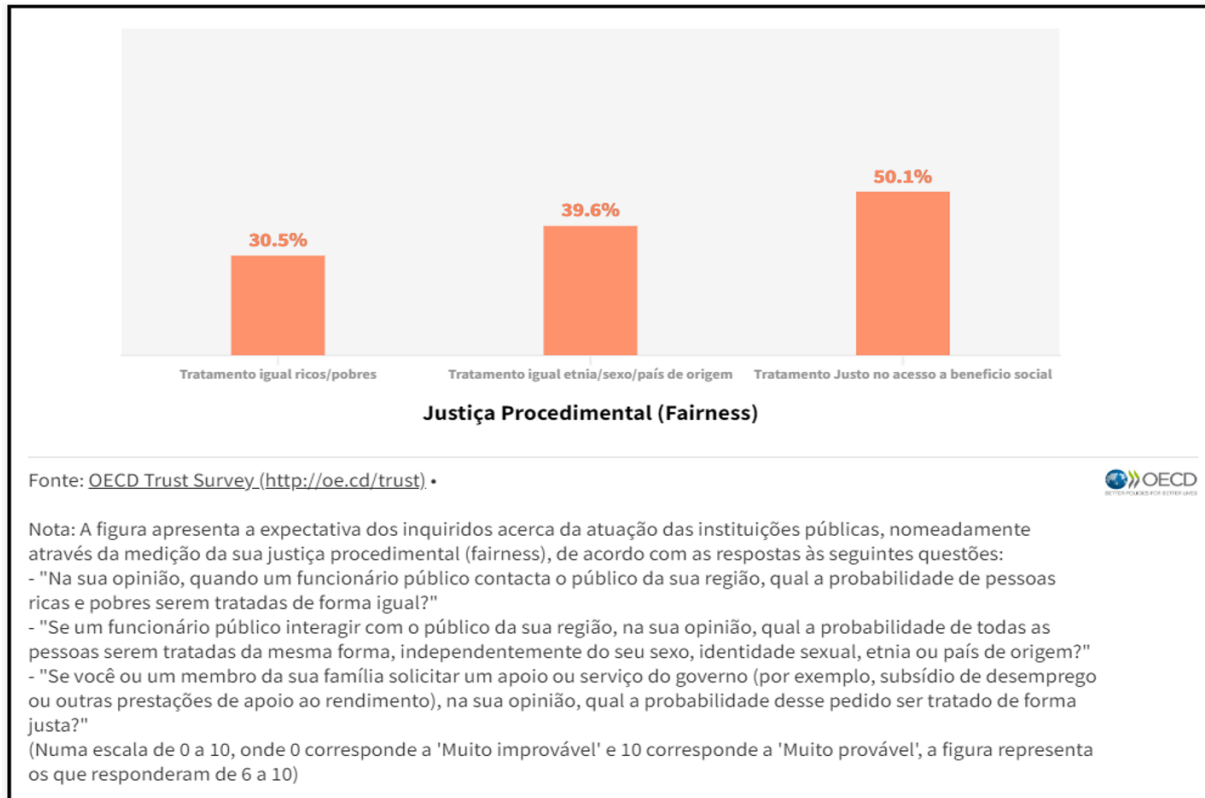
Gráfico 12- Fatores determinantes da confiança na governança pública – Integridade



Justiça procedimental (*fairness*)

A justiça procedimental (*fairness*) descreve a perceção de que as pessoas (as próprias ou outras) não são discriminadas em função da sua condição social, etnia ou género. Só 30,5% dos inquiridos consideram que é provável que ricos e pobres sejam tratados da mesma forma. 39,6% consideram que as pessoas serão tratadas de forma igual independentemente do género, identidade sexual, etnia ou país de origem. Já 50,1% pensam que é provável serem tratadas de forma justa se solicitarem um apoio social.

Gráfico 13 - Fatores determinantes da confiança na governança pública – Justiça procedimental



Considerando o conjunto das 15 questões, a preparação para a pandemia, a utilização legítima de dados pessoais, o acesso a informação sobre procedimentos administrativos e a probabilidade de tratamento justo ao solicitar um apoio social são as questões em que mais de metade dos inquiridos assinalou expectativas positivas. Em sentido inverso, a questão dos favores políticos é a que apresenta menos expectativas positivas.

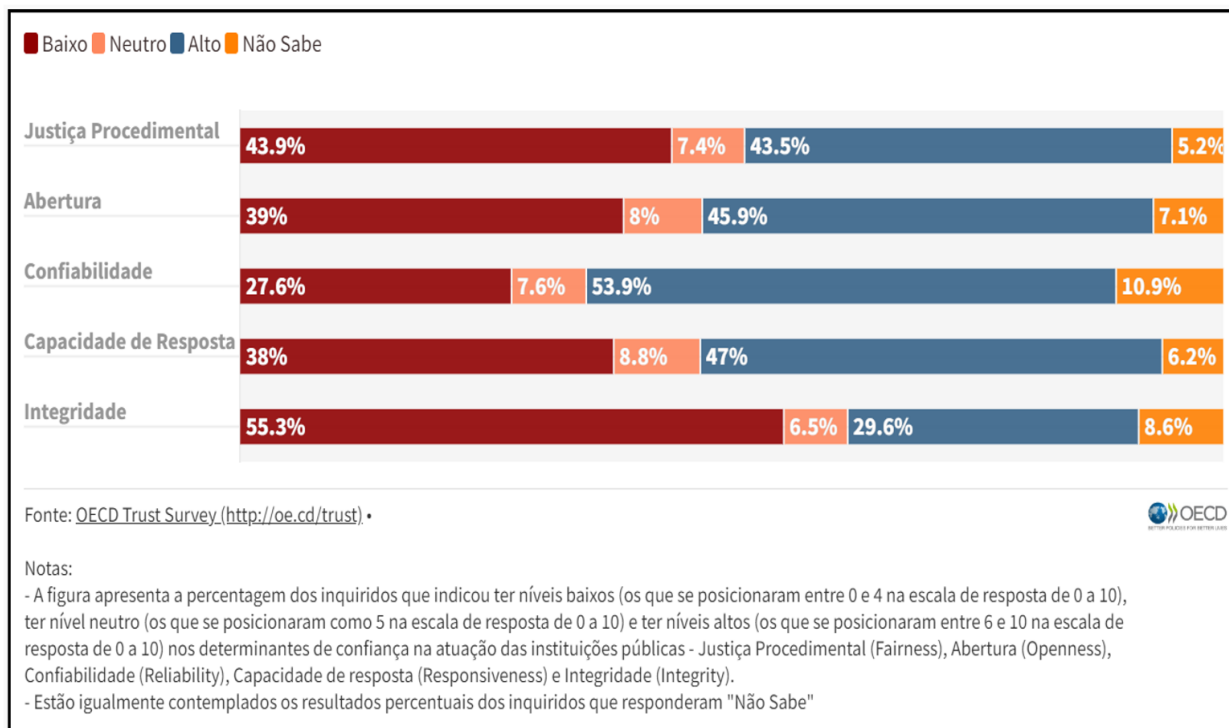
3.2. Análise por grupos de fatores associados à governança pública (índices)

Para a análise dos fatores de confiança – confiabilidade (*reliability*), capacidade de resposta (*responsiveness*), integridade (*integrity*), abertura (*openness*) e justiça (*fairness*) – combinaram-se as expectativas reportadas nos respetivos grupos de perguntas (e já descritas acima). A escala de resposta a estas perguntas varia entre 0 (muito pouco provável) e 10 (muito provável). Na análise que se segue

Gráfico 14), agruparam-se as respostas entre 0 e 4 como expectativa baixa; 5 como neutra; e entre 6 e 10 como expectativa alta.

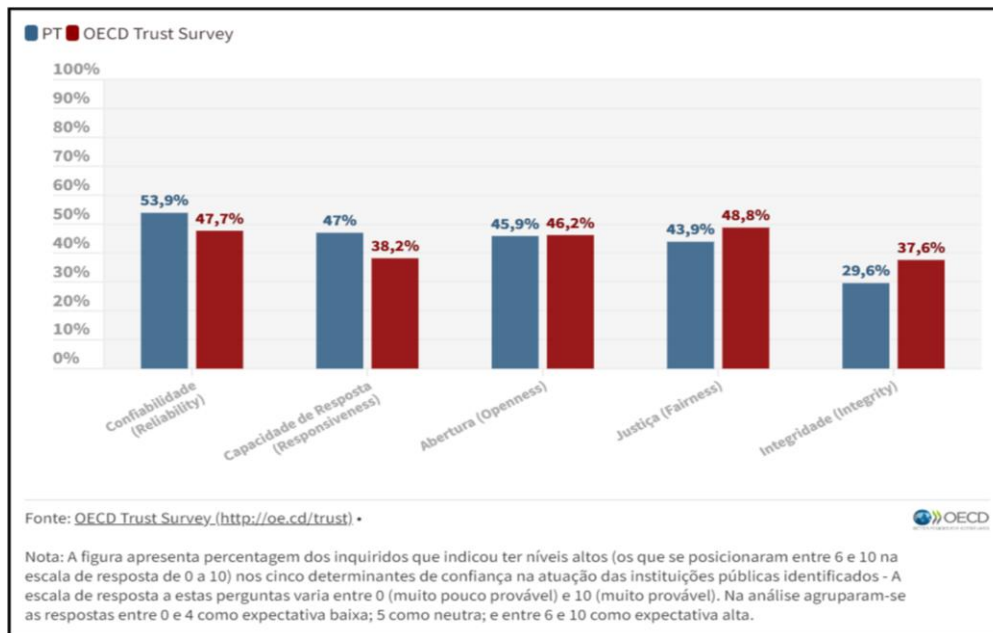
A dimensão da governança pública em que mais de 50% das respostas se concentram em expectativa alta (mais de 6 na escala) é a confiabilidade. A integridade é a dimensão da governança em que mais de 50% das respostas revelam expectativas baixas (entre 0 e 4, na escala de 0-10).

Gráfico 14 – Índices de fatores da governança pública associados à confiança



Comparando agora os resultados de Portugal e do conjunto dos países do inquérito (Gráfico 15), no conjunto dos países é a justiça (*fairness*) que concentra mais expectativas positivas. Em Portugal, esta dimensão é a segunda mais baixa, sendo a confiabilidade a que, no nosso país, concentra mais expectativas positivas. No conjunto de países do inquérito, como em Portugal, as expectativas mais baixas estão associadas à integridade.

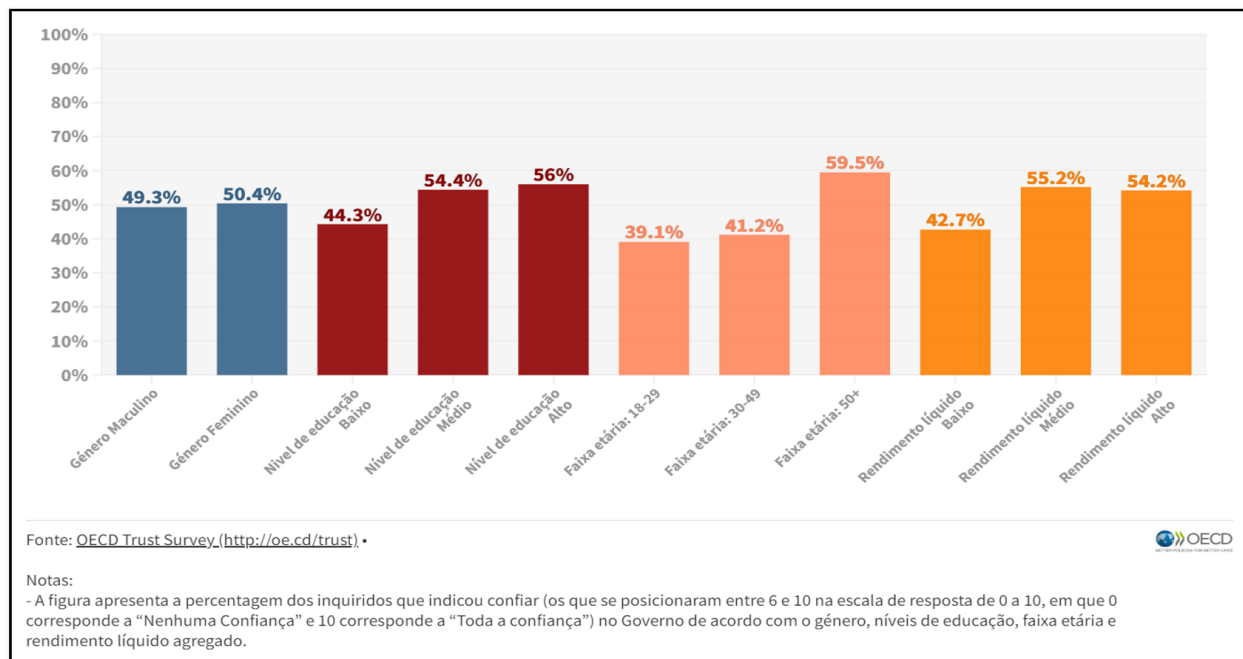
Gráfico 15 – Determinantes da confiança (médias): Portugal e OCDE Trust Survey



3.3. Como varia a confiança em relação às características sociodemográficas?

A confiança no governo (Gráfico 16) tende a ser mais baixa nos mais jovens, entre os níveis mais baixos de educação e entre as pessoas com menores rendimentos.

Gráfico 16 - Variação da confiança no governo por diferentes grupos da população

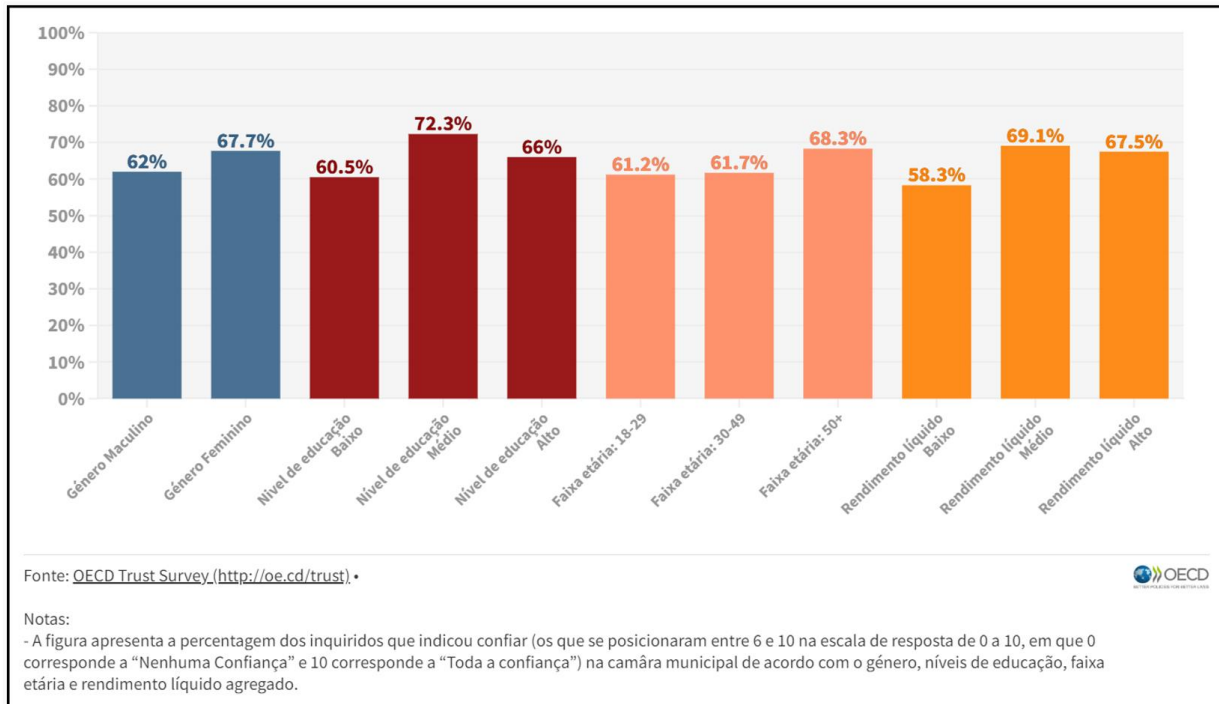


No caso das câmaras municipais (Gráfico 17), observa-se que os inquiridos do género feminino revelam maior confiança do que os do género masculino.

As diferenças por grupos etários são menores do que o que se verifica no caso da confiança no Governo. Os inquiridos de baixos rendimentos e baixa escolaridade revelam confiar menos na câmara municipal, quando comparados com os outros grupos.

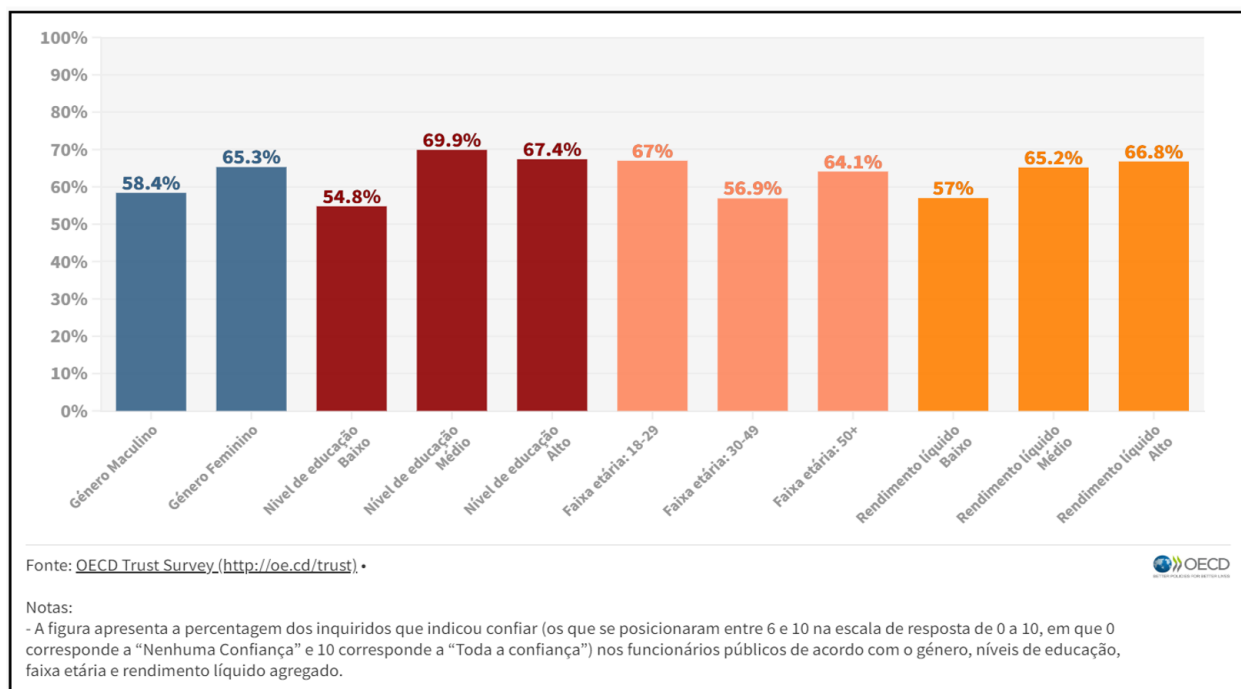
A confiança nas câmaras é superior à confiança no Governo em todos os grupos de inquiridos.

Gráfico 17 - Variação da confiança na câmara municipal por diferentes grupos da população



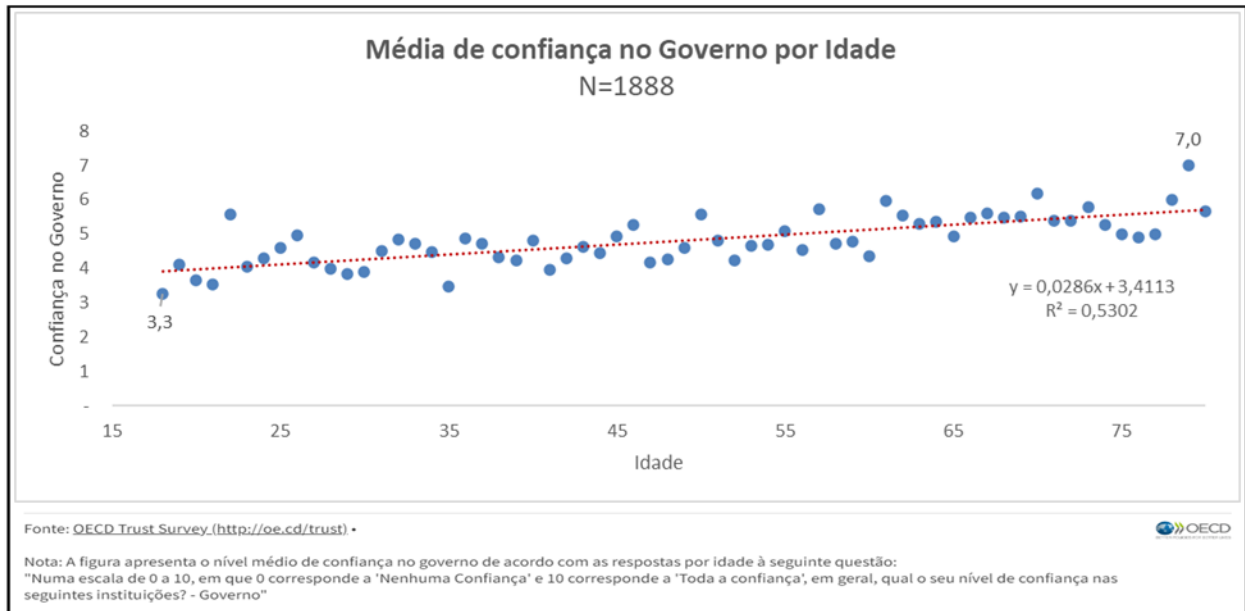
No que respeita aos funcionários públicos (Gráfico 18) a confiança é menor entre os inquiridos do género masculino, entre os que têm um nível de educação e um rendimento líquido mais baixo. Quanto aos escalões etários, verifica-se que são os mais jovens os que mais confiam nos funcionários públicos.

Gráfico 18 - Variação da confiança nos funcionários públicos por diferentes grupos da população



No Gráfico 19, calculou-se a média de confiança indicada pelos inquiridos por idades, revelando uma associação entre confiança e idade: os mais velhos tendem a confiar mais no governo.

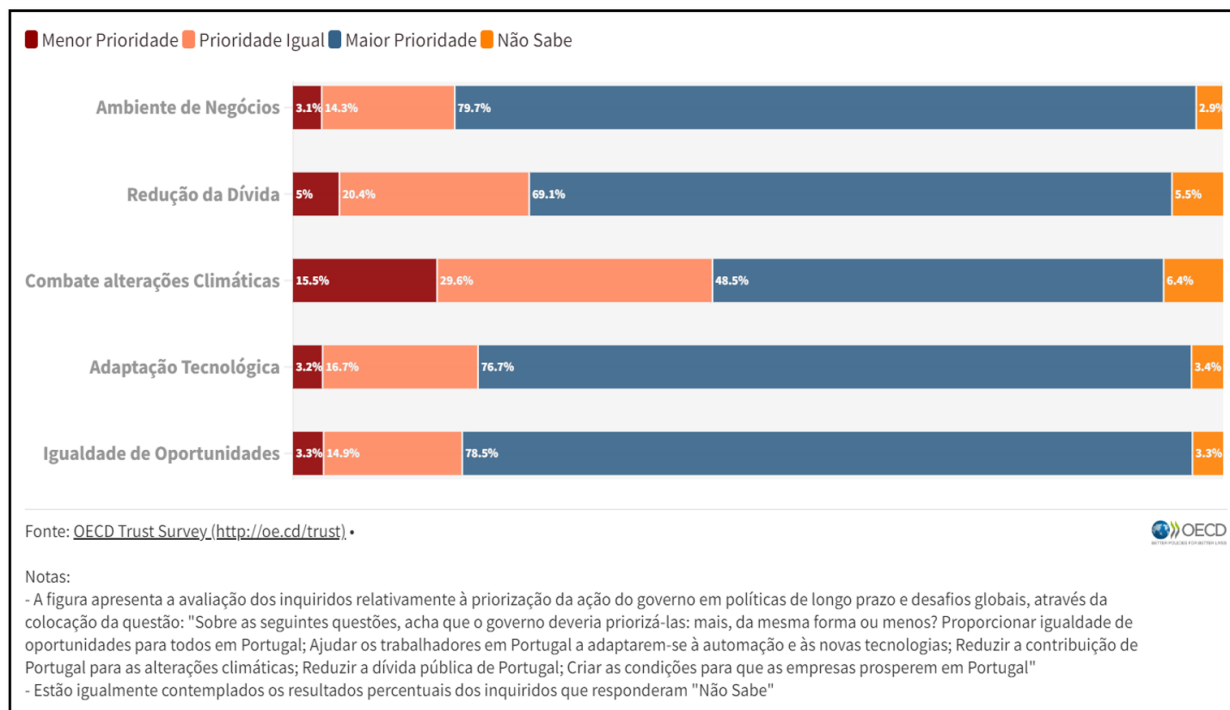
Gráfico 19 - Confiança no Governo e idade:



3.4. Confiança, prioridades de ação governativa e desafios globais

O *OECD Trust Survey* também explora as percepções sobre a ação do governo em questões de longo prazo como a igualdade de oportunidades, a adaptação dos trabalhadores à automação e às novas tecnologias, a redução da contribuição de Portugal para as alterações climáticas, a redução da dívida pública, e a criação de condições para que as empresas prosperem (ambiente de negócios).

Gráfico 20 – Nível de prioridade que o Governo deve dar a questões de longo prazo

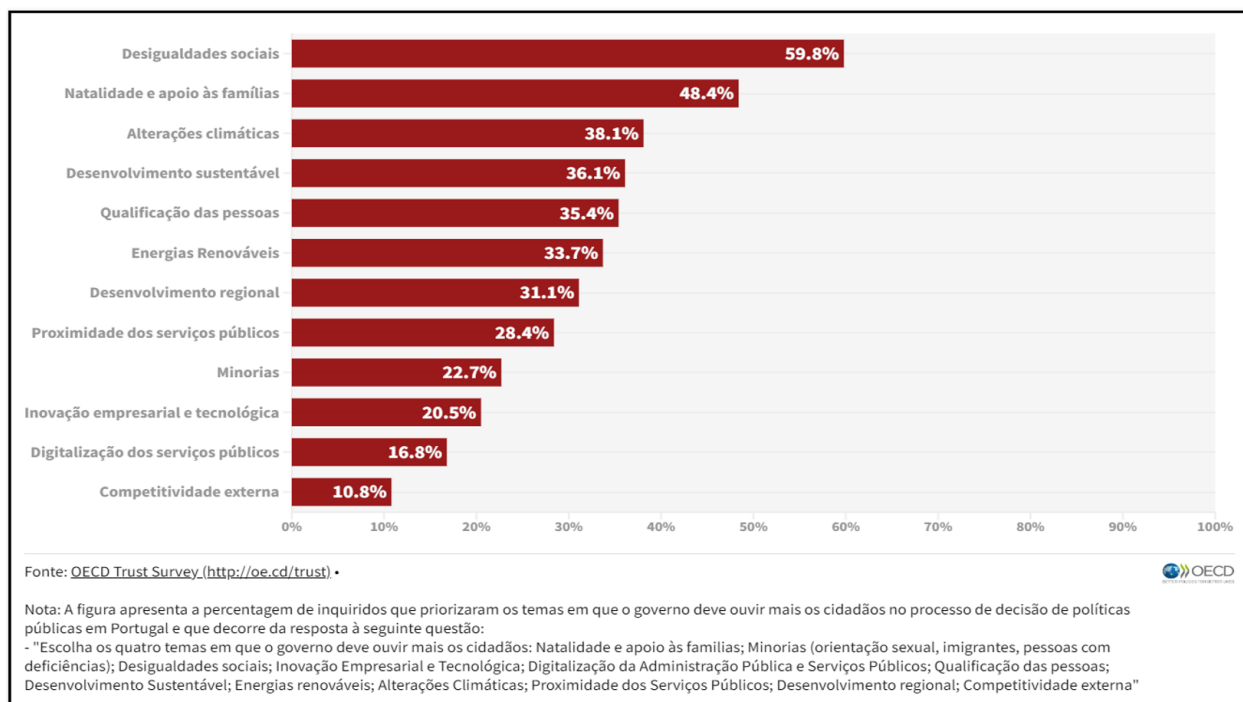


Quando questionados acerca das matérias em que os cidadãos deviam ser mais ouvidos pelo Governo, destacam-se as questões das desigualdades sociais (59.8%) e da natalidade e apoio às famílias (48.4%), o que está de acordo com a prioridade mais elevada dada pela maioria das pessoas (78.5%) à igualdade de oportunidades.

Apesar da perceção de que o Governo deveria dar mais prioridade a questões como o ambiente de negócios ou a adaptação tecnológica (Gráfico 20), estes desafios são apontados por menos de 40% dos inquiridos como matérias em que os cidadãos tenham de ser mais ouvidos.

A competitividade externa e a digitalização dos serviços públicos são temas apontados por menos de 20% dos inquiridos como matérias em que os cidadãos têm de ser mais ouvidos (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Questões em que os cidadãos devem ser mais ouvidos



3.5. Cientistas e políticas

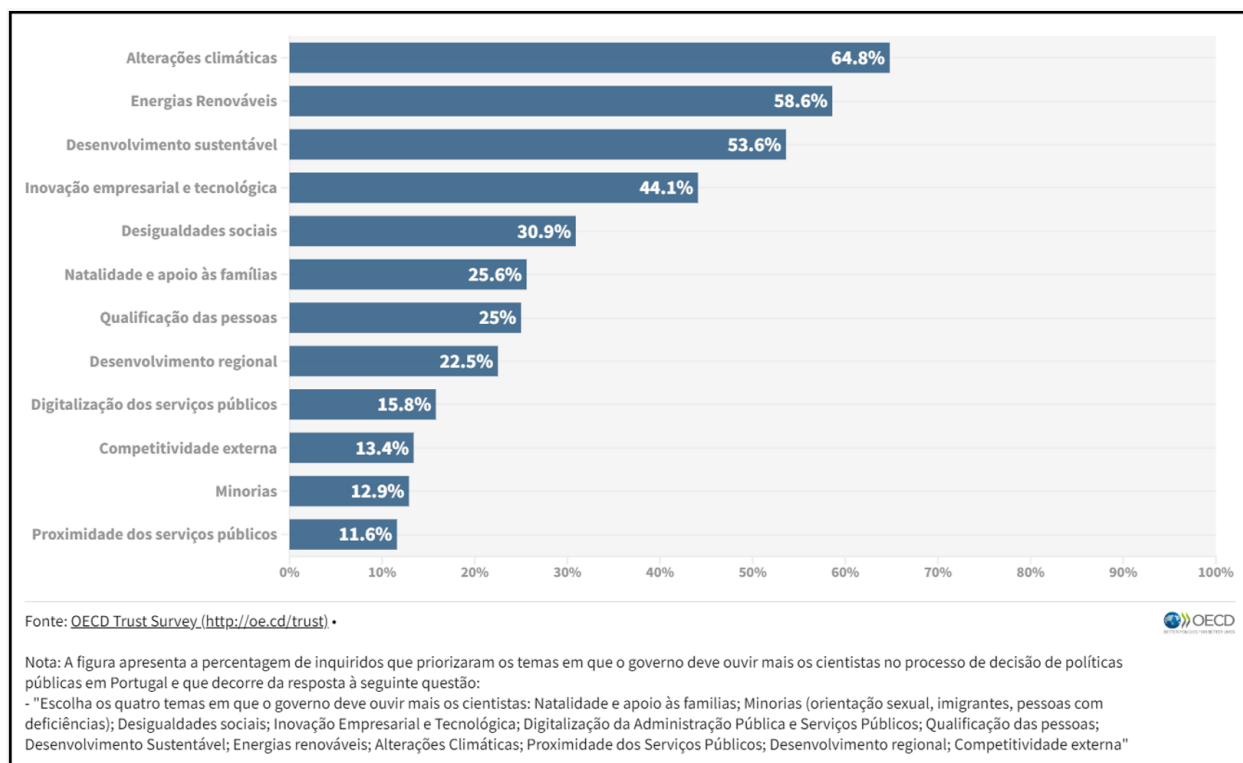
Questões em que os cientistas devem ser mais ouvidos

Na versão portuguesa do inquérito acrescentaram-se três questões exploratórias da perceção sobre a importância da ciência. Primeiro identificam-se as questões em que os cidadãos devem ser mais ouvidos (Gráfico 21) e aquelas em que os cientistas devem ser mais ouvidos (Gráfico 22).

Verifica-se que, para os inquiridos, os cidadãos devem ser mais ouvidos em questões que associam a direitos sociais; ao passo que os cientistas devem ser mais ouvidos em matérias como as alterações climáticas (64.8%), as energias renováveis (58.6%) e o desenvolvimento sustentável (53.6%).

Coloca-se a hipótese de saber se o termo “cientistas” estará associado apenas a especialistas das áreas das ciências naturais. As ciências sociais, podem não ser vistas como “ciência” pela maioria das pessoas. Esta é uma questão a aprofundar nos próximos estudos, quer do ponto de vista qualitativo, quer, eventualmente, na reformulação destas perguntas.

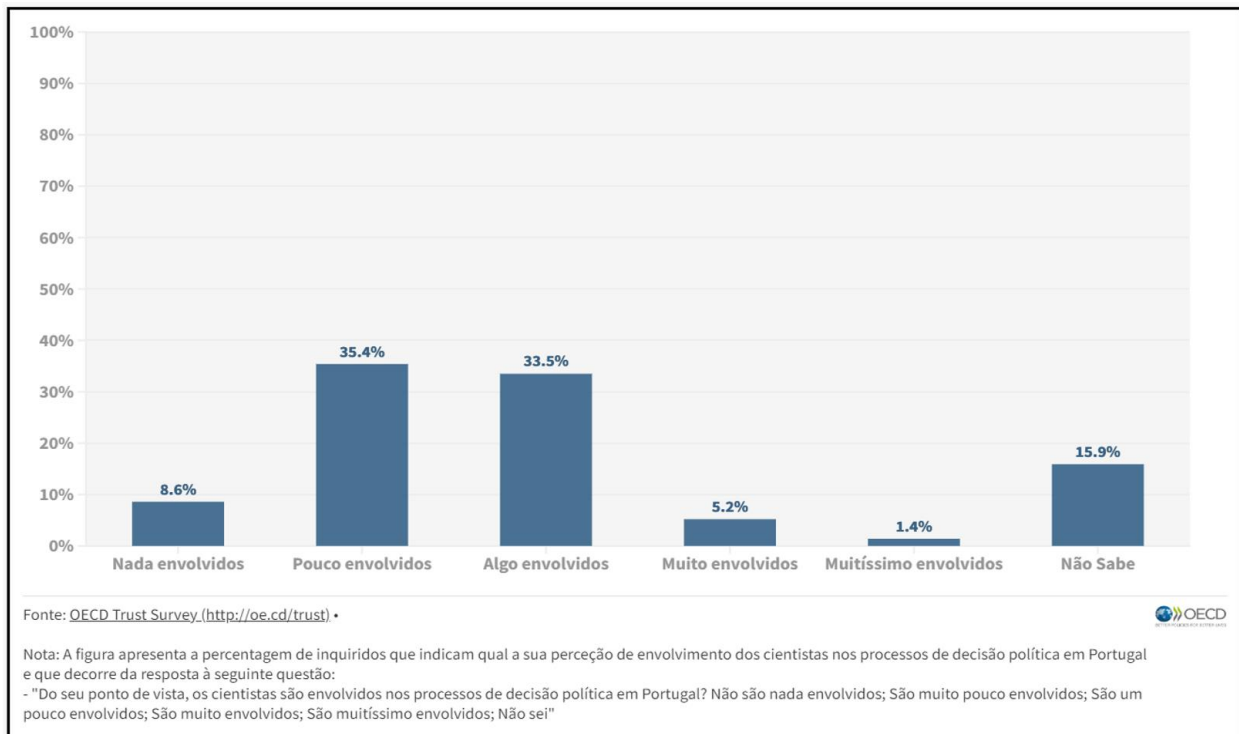
Gráfico 22 – Questões em que o Governo devia ouvir mais os cientistas



3.6. Envolvimento dos cientistas na decisão política

A terceira pergunta do módulo específico do inquérito para Portugal respeita ao envolvimento dos cientistas na decisão política. Para 44% dos inquiridos, os cientistas são nada ou pouco envolvidos na decisão. 6% consideram que os cientistas são envolvidos ou muito envolvidos na decisão política. Globalmente, os resultados das perguntas adicionais da versão portuguesa do inquérito sugerem que os cidadãos entendem que os cientistas devem ser envolvidos em questões prioritárias do governo, sugerindo que acolhem a ideia de políticas públicas informadas por evidências.

Gráfico 23 – Perceção do envolvimento dos cientistas nos processos de decisão política em Portugal



4. Como é que estes dados se comparam com inquéritos semelhantes?

Nos capítulos anteriores analisou-se os dados do inquérito *OECD Trust Survey*, procurando, sempre que possível, comparar os resultados do inquérito de Portugal com os do conjunto dos países do estudo. A questão da confiança no Governo e noutras instituições faz parte de diversos estudos internacionais em que Portugal participa⁶. A análise dos resultados desses estudos permite perceber até que ponto é que os dados do *OECD Trust Survey* se aproximam ou distanciam daqueles resultados, bem como a evolução da confiança nas instituições em Portugal e noutros países, ao longo do tempo.

Para este exercício, recorreu-se aos dados do Eurobarómetro⁷ de 2008 a 2022, com especial enfoque nos dados relativos à confiança no Governo, Câmara Municipal e funcionários públicos, destacados pela OCDE como representativos da confiança institucional. O ano de 2008 foi escolhido como o primeiro da série analisada por corresponder ao início da crise financeira internacional.

Tratando-se de estudos diferentes, as comparações entre os resultados devem ser feitas com especial cautela.

Na resposta ao Eurobarómetro o inquirido indica se “tende a confiar” (*Tend to trust*), se “tende a não confiar” (*Tend not to trust*)⁸ ou se “Não Sabe” (*Don't know*). O *OECD Trust Survey* dá diferentes possibilidades de resposta (0 – “nenhuma confiança” a 10 – “toda a confiança”). Assim, para uma melhor comparabilidade entre os inquéritos, considerámos que todas as respostas entre 6-10 corresponderiam à resposta “tende a confiar” do inquérito do Eurobarómetro.

Relativamente à confiança nos funcionários públicos, a questão colocada no Eurobarómetro é sobre a confiança na administração pública (*Public Administration*). A comparação com a confiança nos funcionários públicos, constante do inquérito da OCDE, é interpretada por aproximação. Esta questão só tem dados disponíveis a partir de 2016.

Na comparação dos resultados para Portugal com outros países do Eurobarómetro, foi considerada a média dos países da União Europeia (UE)⁹, pelo que não se pode comparar diretamente com os resultados do conjunto dos países do inquérito da OCDE (que inclui 12 países da UE e 10 que não são da UE).

4.1. Confiança no Governo

No Gráfico 24, observamos que a percentagem de pessoas que manifestam confiança no governo, em Portugal, entre 2009 e 2015, estava abaixo da média da UE e que, desde 2016,

⁶ Por exemplo, o Eurobarómetro ou o *European Social Survey*

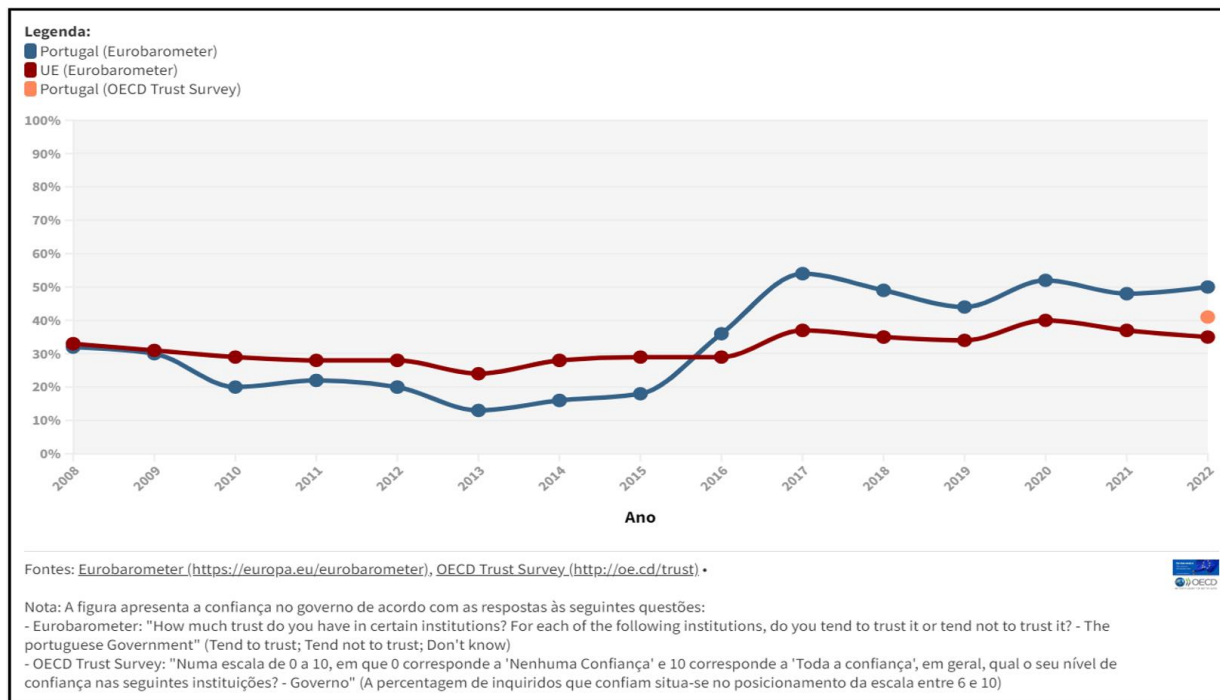
⁷ 28 inquéritos da série *Standard Eurobarometer* (desde o *Standard Eurobarometer 69 - Spring 2008* até à última edição existente, o *Standard Eurobarometer 96 - Winter 2021-2022*)

⁸ *How much trust do you have in certain institutions? For each of the following institutions, do you tend to trust it or tend not to trust it? 1) The (NATIONALITY) Government; 2) Regional or local public authorities; 3) Public administration in (OUR COUNTRY)*

⁹ Foram sempre considerados os países que em cada momento compunham a UE. Assim, até 2014 era UE 27, entre 2014 e 2020 UE 28 e de 2020 em diante, UE 27

tem estado acima da média da União Europeia (UE)¹⁰. Em 2022, segundo o Eurostat, em Portugal, 50% dos inquiridos confiavam no Governo, enquanto na média da UE, 35% dos inquiridos confiavam nos respetivos governos.

Gráfico 24 – Confiança no Governo: Portugal e média na UE (2008-22)



A diferença entre os dois inquéritos, para Portugal, é de 9,3% (50% no Eurobarómetro e 40,3% no presente inquérito). Os inquéritos obedecem a metodologias e também a momentos de recolha de dados distintos. Por exemplo, *OECD Trust Survey* foi realizado em Portugal entre março e abril de 2022, depois de eleições legislativas e já com o governo nomeado, mas antes do início do conflito na Ucrânia. Para o Eurobarómetro, os dados foram recolhidos entre janeiro e fevereiro de 2022 durante e após as eleições legislativas e antes do início do conflito na Ucrânia. Estes como outros factores podem fazer variar os resultados.

4.2. Confiança na Câmara Municipal

Em Portugal, a percentagem de pessoas que revelavam confiar na Câmara Municipal¹¹, entre 2008 e 2016 era inferior à verificada na média da UE, com exceção do ano 2009 em que era superior. Desde 2016, os valores de confiança têm estado em linha com o que se verifica na

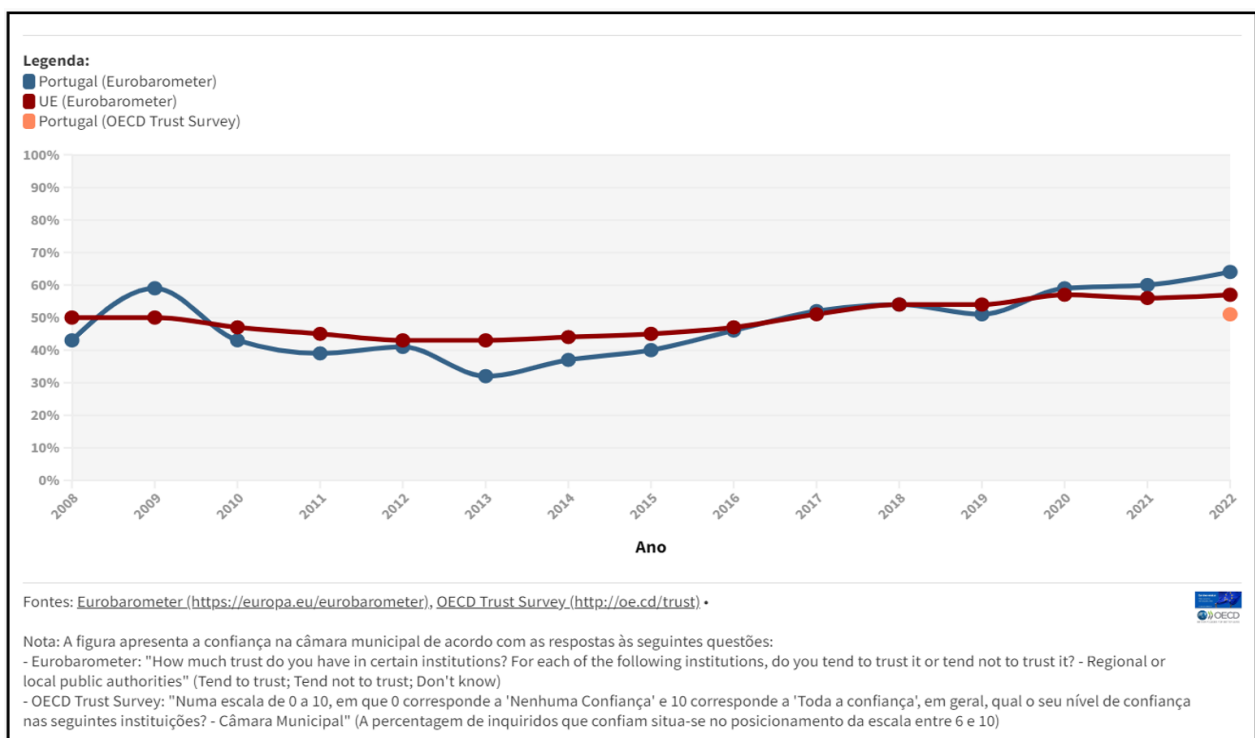
¹⁰ O valor das percentagens relativas às variáveis 'Confia' e 'Não Confia' resulta do cálculo das médias anuais (uma vez que existem dados duas vezes por ano, foi considerada a média de respostas anuais dos dois inquéritos)

¹¹ Nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2013 só houve um inquérito; nos restantes anos do período em análise foi considerada a média de respostas anuais dos dois inquéritos

UE (com níveis ligeiramente inferiores em 2019 e ligeiramente superiores em 2017, e de 2020 a 2022).

Também aqui os resultados dos dois inquéritos diferem (Eurobarómetro, 64%; OCDE Trust Survey, 51,1%).

Gráfico 25 – Confiança na Câmara municipal: Portugal e média da UE (2008-22)



4.3. Confiança nos funcionários públicos

Em Portugal, a confiança aumentou nos últimos anos, chegando a 52% em 2022, ligeiramente acima da média da UE (51%). O resultado do inquérito da OCDE (46,3%) é o mais próximo destes valores médios. Mas nesta questão há cuidados acrescidos na comparação, uma vez que a questão colocada no Eurobarómetro é acerca da Administração Pública (*Public Administration*).

Gráfico 26 – Confiança nos funcionários públicos: Portugal e média da UE (2016-22)

